



1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41

Ata da 2ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência realizada no dia 17 de março de 2014, no auditório da Casa dos Direitos Humanos, situada na Av. Amazonas, 558 – 7º andar – Belo Horizonte. Conferido o quórum com a participação dos conselheiros do CONPED abaixo assinados. Justificaram sua ausência os seguintes conselheiros: Ana Lúcia Grossi, Lindberg Ribeiro Garcia, Breno Ferreira Monteiro Elias, Liza Prado e Renata Jaques Batista. A Presidente do CONPED, Kátia Ferraz Ferreira, iniciou os trabalhos às 14:30 horas, registrando e agradecendo a presença do subsecretário de esportes da Secretaria de Estado de Turismo e Esportes, Adenilson Adelino Sousa, que fez uma explanação sobre a nova estrutura e funcionamento dessa Secretaria, afirmando que a mesma contempla igualmente esporte e o paradesporto. Após a exposição do subsecretário, foram feitas considerações acerca das suas colocações. Eustáquio pediu ao secretário Adenilson que encaminhasse o plano de ações da Secretaria de Esportes para 2014 e citou o evento da Competição Estadual Paradesporto, em 2013, realizado em Ipatinga, elogiando sua organização. Maurício Peçanha demonstrou preocupação com o financiamento para atletas com deficiência, pois tem sete mil associados na sua instituição em Contagem e pretende fazer adaptações quanto ao financiamento para investimento com equipamentos que atendam aos esportistas com todos os tipos de deficiência. Questionou ao subsecretário o que a Secretaria de Esportes pode fazer para garantir a participação de um bom número de atletas em 2016, pois Minas Gerais sempre foi referência com atletas de alto rendimento e não é mais, devido à falta de investimento. Kátia, concordando com Maurício, disse que o esporte paraolímpico fomenta outras atividades e, parafraseando Pedro Américo, disse que “o esporte faz com que as pessoas tenham mais domínio e autonomia e tenha um projeto de vida para se desenvolver como pessoa.” Afirmou também que não há uma verba carimbada para o esporte paraolímpico, a verba apenas atende de acordo com as demandas que são apresentadas. O secretário Adenilson informou que o financiamento para esporte é muito específico e há restrições orçamentárias cada vez maiores. A fonte do tesouro estadual é menor que a necessidade, mas existem verbas determinadas para algumas atividades do esporte especializado. Clodoália intervém, explicando que o recurso estadual é destinado de acordo com a demanda. Toda ação que será executada, deverá ser planejada, mas de acordo com o crescimento da demanda, a SEPLAG poderá analisar a execução dos projetos que, posteriormente, poderão ser feitos nos municípios. Agostinho (Coordenadoria Municipal da Pessoa com Deficiência) disse que tem a impressão de que os poderes públicos financiam apenas eventos e a formação dos atletas, sendo, portanto, muito importante políticas para

42 valorização das instituições de esportes especializados. Marcelo Lino (
43 Prefeitura de Contagem) disse que considera fraquíssimos os argumentos
44 apresentados pelo subsecretário e que os números apresentados por ele, em
45 relação à participação dos atletas paraolímpicos, são irrelevantes. Observa que o
46 CONPED não foi chamado para participar desta nova estruturação. Milton
47 Henriques, também insatisfeito com a questão do financiamento, acrescenta que
48 o mesmo tem que ser descentralizado, regionalizado, para que possa atender às
49 cidades polo. O conselheiro Artur Cheib (SEDESE) perguntou ao subsecretário
50 como se pode fazer melhor divulgação do ICMS solidário, e as prefeituras que
51 fazem ações de inclusão ganham mais pontos no ICMS? Em seguida, Denise,
52 reforçando a ideia dos conselheiros Maurício e Eustáquio, disse que não deve
53 ser mais aceitável que o governo repasse verbas sem a possibilidade de
54 acessibilidade e é hora de se definir esta questão. Kátia pediu ao subsecretário
55 esclarecimento sobre programa “Bolsa Família” com o objetivo de atender uma
56 demanda que chegou ao CONPED e, por fim, Adenilson respondeu as dúvidas
57 dos conselheiros: com relação à acessibilidade, o trato com os municípios é feito
58 juntamente com a Assembleia Legislativa. Quanto ao financiamento, estamos
59 realmente sofrendo com uma recessão devido à queda da arrecadação
60 orçamentária e o esporte especializado foi realmente prejudicado. A Secretaria
61 de Esportes prevê o número de atendidos e, outras vezes, atende-se mais
62 municípios com uma justificativa de acordo com a supervisão da SEPLAG.
63 Explicou que foi aprovada a Lei de Incentivo com a qual se tem uma grande
64 vantagem, pois ela é baseada no ICMS corrente, podendo a empresa passar a
65 verba diretamente para as instituições que apresentarem projeto esportivo.
66 Forneceu endereço no qual se tem a fundamentação legal:
67 www.esportes.mg.gov.br -link – esportes. Na sequência, explicou que o
68 município deverá encaminhar seus projetos para obter aprovação da Secretaria
69 e receber o apoio para esses projetos diretamente das empresas. Seguindo ao
70 próximo ponto de pauta, Maurício propõe que se faça um encaminhamento à
71 Secretaria de Esportes pautando tudo que foi dito nesta plenária, dando ênfase à
72 questão do recurso financeiro. Kátia pediu para o conselheiro Maurício fazer
73 esse documento. Em breve discussão, Daisy, Denise e Juliana falaram sobre a
74 viabilização desse documento e, por fim, Kátia pediu à comissão de
75 acessibilidade construir um documento, apresentar à mesa diretora e, de acordo
76 com a conselheira Denise, que seja enviado também para a Assembleia
77 Legislativa. Rogério questionou a necessidade de consultar a Assembleia
78 Legislativa sobre essa questão, pois já existem leis sobre esse assunto. O
79 conselheiro Caio Múcio Barbosa manifesta sua indignação, dizendo que a
80 pessoa com deficiência tem pouca representatividade, assim, quando se faz uma
81 academia, acontece apenas uma manipulação da sociedade. Deve-se impedir que
82 sejam feitas essas academias sem acessibilidade. Na sua opinião, considera
83 perda de tempo fazer documento para o Governo, considerou incoerente o
84 discurso do secretário de esportes, pois ele não explicou a razão da mudança

85 ocorrida no Governo, acrescentou que entendeu o subsecretário dizer que sua
86 antecessora fazia política personalista. Ainda disse que o Governo fez um
87 planejamento de acordo com orientações da ONU, mas ninguém faz referência a
88 esse documento e acrescenta que o “Minas Inclui” foi lançado como
89 compromisso, mas foi apenas para ser mostrado na mídia. Finaliza dizendo que
90 deve-se fazer protesto mostrando a insatisfação do CONPED. Daisy entende
91 que, enquanto conselheiros, são instrumentos de controle social, devendo
92 mostrar a posição do CONPED e pressupõe-se que onde há uma academia,
93 haverá ali uma pessoa com deficiência. Marcos Fontoura (BHTRANS) falou
94 sobre o problema da falta de acessibilidade do BRT que foi inaugurado
95 inacessível. Argumenta que o CONPED, o Conselho Municipal e o CONADE
96 devem trabalhar juntos para garantir que se cumpram as leis. O conselheiro
97 Adinilson, em concordância com as propostas discutidas, ratifica a ação de
98 pressionar, e disse que funciona mais a pressão do que a lei. Em seguida, a
99 presidente Kátia disse que tem duas atas para aprovar (dezembro e fevereiro).
100 A ata de dezembro foi aprovada com abstenção do Eustáquio porque não
101 participou da reunião desse mês. Quanto à ata de fevereiro, foi aprovada com
102 algumas restrições feitas por Daisy e Rogério que já foram corrigidas na
103 mesma. Prosseguindo ao outro ponto de pauta, Kátia pediu o relatório das
104 comissões. Comissão de atos normativos: Kátia informa que a comissão
105 concluiu a redação do Regimento Interno e a vice presidente Ana Lúcia de
106 Oliveira está fazendo a renumeração dos artigos e incisos e enviará aos
107 conselheiros e depois será levada à plenária para aprovação. Informa também
108 que a Lei de Criação do CONPED deverá sofrer alterações na Assembleia
109 Legislativa. Rogério, como membro desta comissão, pede licença da mesma,
110 pois está participando da Câmara Técnica na Cidade Administrativa. Comissão
111 de acessibilidade - Eustáquio informou a pauta: na revisão dos documentos
112 desta comissão, percebeu-se que foi baixa a participação dos conselheiros,
113 decorrente da questão do pagamento das diárias, entre outros. Pretende fazer o
114 Plano de Ação de 2014 da comissão e pede contribuição dos demais membros.
115 Sobre a solicitação da presidente da AMAVEC de Santa Luzia, que pediu ajuda
116 para encabeçar uma campanha de conscientização de acessibilidade em sua
117 cidade, ficou definido que, depois que a comissão construir o documento, a
118 mesa diretora deverá aprová-lo e enviá-lo a quem interessa. Por fim, citou a
119 solicitação do vereador Dênis Henrique Faria, de Tocos do Mogi, que pediu
120 ajuda para elaboração de um projeto de acessibilidade para sua cidade. Denise
121 interferiu, dizendo que o que ele precisa é de uma consultoria. O CONPED pode
122 enviar para ele endereços nos quais pode obter ajuda. Eustáquio finaliza dizendo
123 que enviou seus contatos deixando claro que o CONPED não dá consultoria.
124 Clodoália informa que o Estado tem uma Diretoria Central de Projetos que
125 ajuda a elaboração de projetos dentro de padrões preestabelecidos. Ainda sobre
126 essa demanda, Caio Múcio explica que responde adequadamente a todas as
127 demandas de forma objetiva. Se ele pretende fazer esse projeto, deve-se

128 considerá-lo aliado. Comissão de políticas públicas: Daisy apresentou a pauta
129 da reunião que foi realizada com Clodoália Adinilson, Kátia e Fabian: Lucas
130 Della Testa solicitou a criação de um grupo de acompanhamento, para a
131 portaria 835 e 793 de 2012 do Ministério da Saúde que trata da atenção da
132 saúde da pessoa com deficiência. Daisy, de acordo com a decisão da comissão,
133 argumenta que criar um grupo de acompanhamento não cabe ao CONPED,
134 propondo enviar um ofício à coordenadoria da Secretaria de Saúde, solicitando
135 informações sobre o andamento e o que prevê a referida portaria e tudo que diz
136 respeito a ela. Outra pauta: a comissão recebeu uma correspondência do
137 Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS), solicitando orientação na
138 elaboração de uma cartilha direcionada aos promotores de eventos dando dicas
139 de como tratar a pessoa com deficiência nesses espaços. A comissão se dispôs a
140 construir um documento mais técnico, juntamente com o CEAS, visando todo
141 tipo de deficiência. O conselheiro Caio Múcio concorda com a atitude de
142 auxiliar o CEAS. Denise, discordando da decisão da comissão de contribuir com
143 a cartilha, alega que esse trabalho é uma consultoria, não sendo competência do
144 CONPED fazê-lo. Houve uma discussão sobre a competência do CONPED
145 diante desse assunto, mas não se chegou a um consenso. Como não havia
146 quórum, nem tempo hábil para continuar a discussão, a presidente Kátia
147 prometeu enviar os informes por email e encerrou a reunião às 18:40 horas.
148 Kátia Ferraz Ferreira(Presidente do CONPED)

149 Clodoália Nobre Barbosa(SEPLAG)

150 Valéria Marta Amormino(SEE)

151 Glicélio Ramos Silva (SEC)

152 Artur Campos Cheib (SEDESE)

153 Juliana de Melo Cordeiro Chiar(SEDESE-CAADE)

154 Milton Henriques Oliveira(ADEFOM)

155 Maurício Alves Peçanha(ADC- Contagem)

156 Caio Múcio Barbosa Pimenta(A.C.Louis Braille)

157 Eustáquio José de Oliveira(ADEFI)

158 Rogério Araújo Souza(APAPE)

159 Adinilson Marins(Federação APAES)

160 Denise Martins Ferreira(C.R. Psicologia)

161 Daisy Dias Lopes(CRESS)